

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA

A EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO BRASILEIRA  
NO PERÍODO DE 1970 AOS DIAS ATUAIS

ALUNA: MARIA JANETE LIRA REIS

ORIENTADORA: ÂNGELA PORTO

Campina Grande  
Dezembro, 1988



Biblioteca Setorial do CDSA. Julho de 2023.

Sumé - PB

## Í N D I C E

	Página
1. Introdução .....	1
2. Conceitos básicos do estudo da inflação .....	3
2.1. O que é inflação .....	3
2.2. Causas e classificação da inflação .....	3
2.3. O combate à inflação .....	8
2.4. Políticas econômicas .....	13
3. A inflação brasileira recente .....	19
3.1. Perfil da evolução da inflação brasileira no decorrer do século .....	19
3.2. O pós-guerra .....	19
3.3. O período 1965-1969 - situação do processo in- flacionário .....	21
3.4. A inflação brasileira recente - período inicia- do em 1970 até os nossos dias .....	24
3.5. Experiência brasileira na utilização de políti- cas econômicas .....	29
3.5.1. Planejamento econômico .....	30
3.5.2. Política de rendas .....	31
3.5.3. Política econômicas ortodoxa .....	31
3.5.4. Política administrativa .....	32
4. CONCLUSÃO .....	33
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	34

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão de um tema como a evolução recente da inflação no Brasil, torna-se não somente oportuna, como bastante importante. Enquanto a oportunidade da discussão decorre do fato de que, atualmente, os brasileiros convivem com a hiperinflação e que são observados índices mensais de quase 30%, a sua importância está relacionada aos graves prejuízos que referido processo imprime à economia como um todo e, em particular, à economia popular.

Os malefícios mais comumente atribuídos à inflação, são os seguintes:

- . enfraquecimento da indústria privada com o aumento do número de falências, principalmente quando uma política econômica ortodoxa é utilizada para o seu controle;

- . especulação financeira desenfreada que desestimula o trabalho produtivo;

- . manipulação de preços no comércio;

- . perda de credibilidade do governo com o advento de uma corrupção desenfreada;

- . modificação comportamental do homem;

- . estabelecimento de um fluxo de rendas no sentido dos pobres para os ricos, dos devedores para os credores, dos trabalhadores não sindicalizados para os sindicalizados, das pequenas e médias empresas para os monopólios e oligopólios;

- . substituição da moeda fraca pela moeda forte nas transações ou mesmo o ressurgimento do sistema de trocas;

. perda da capacidade de planejamento por parte do setor produtivo e dificuldade de controle orçamentário e de caixa;

. possibilidade de retrocesso político, principalmente em países onde as classes dominantes conspiram contra os trabalhadores e procuram manter o poder através de regimes ditatoriais.

Todos esses malefícios têm sido, recentemente, infligidos à sociedade brasileira, enquanto a administração pública ora age, ora hesita, ora controla, ora erra, mas raramente acerta e, quando o faz, é às custas do sacrifício do assalariado já que, tradicionalmente, as equipes econômicas brasileiras são de formação monetarista, adeptas da recessão. A realidade, no entanto, tem atropelado as tentativas governamentais de combater a inflação, pelo uso de políticas econômicas ortodoxas, num verdadeiro contra-senso com o estado de desenvolvimento do país.

Este trabalho pretende ser um ensaio sobre o estado da inflação brasileira recente, especialmente entre 1970 e os nossos dias, período no qual se estabeleceu, no pós-guerra, um segundo intervalo de inflação ascendente, no Brasil, tendo a mesma atingido marcas sem precedentes na história do país.

Academicamente, o trabalho se constitui do estudo de alguns conceitos básicos para o conhecimento do assunto e traça um perfil da evolução das taxas de inflação, no período referido, além de comentar sobre as possibilidades da adoção de algumas políticas econômicas no controle do aumento de preços.

Como um trabalho a nível de graduação é, no entanto, recheado de falhas e algumas contradições e equívocos, o que julgamos ser consequência do noviciado, mas também um tanto de influência da literatura consultada.



## 2. CONCEITOS BÁSICOS DO ESTUDO DA INFLAÇÃO

### 2.1. O que é inflação

Inflação é a alta contínua e generalizada dos preços (Mattos, 1987). A inflação, essencialmente, é uma alta persistente e disseminada dos preços, quer seja oriunda de problemas monetários, quer seja devida a fenômenos estruturais. Alguns autores definem inflação como sendo um aumento do nível médio dos preços (Wonnacott et alii, 1982). Galves (1981) concorda com tal definição mas caracteriza uma situação inflacionária quando a alta dos preços é geral, durável e progressiva.

Bresser Pereira (1988), fala da inflação como um fenômeno universal, resultante dos desequilíbrios estruturais e dinâmicos da moderna economia capitalista, que afeta principalmente os países subdesenvolvidos.

O termo inflação é proveniente do latim - *inflāre* - e significa inchação, tumefação, flatulência, tumor, inchaço, dilatação da água formando bolhas. Na prática, o sentido original da palavra inflação corresponde a um aumento de volume sem o correspondente aumento de substância.

### 2.2. Causas e classificação da inflação

A maioria dos livros de economia costuma classificar a inflação em três tipos básicos (Mattos, 1987):

- a) Inflação de demanda
- b) Inflação de custos
- c) Inflação de lucros ou administrativa

A inflação de demanda resulta da pressão compradora dos consumidores ou da sua disposição em pagar mais caro por um produto muito procurado. É o tipo de inflação causado por situações nos quais a procura por um bem ou serviço é maior que a oferta, o que gera uma valorização crescente deste bem e, conseqüentemente, num aumento de preço. A inflação de demanda pode, por sua vez, ser classificada em ativa e passiva (Ribeiro, 1987). No primeiro caso, a inflação é causada por um aumento da procura, quando a quantidade oferecida é mantida constante, enquanto no segundo o aumento da procura é relativo, em face da diminuição da oferta.

A inflação de custos decorre quando, para compensar certo aumento de custos, as empresas sobem os preços de seus produtos, para não haver redução de sua margem de lucros. Este tipo de inflação é, pois, consequência do repasse de custos. Os aumentos mais comuns ao nível da produção, são os de matéria-prima, salários, impostos e juros. Os aumentos de custos, por sua vez, ocorrem pela existência de gente ou empresa dispostos a pagar mais pelo dinheiro, pela mão-de-obra e outros insumos. Na realidade, a inflação de custos é uma inflação de demanda atuando ao nível da produção.

A inflação de lucros ou administrativa advém da prática, por parte das empresas, de aumentar a margem de lucros dos produtos comercializados pela empresa. É um tipo de inflação que pode ser atribuído à "cobiça empresarial", prática essa já denunciada há séculos pelas mais distintas personalidades. O imperador Deocleciano, no século quarto, sancionou o "Edito dos Preços Máximos", para a regulamentação de uma política de rendas e preços, com o fim de controlar a inflação, no qual responsabiliza as "pessoas de cobiça ilimitada" pela inflação.

Independentemente do tipo de inflação em curso, a sua causa básica do ponto de vista microeconômico, é a maneira como as relações envolvidas entre os custos, os lucros e as receitas, são administradas.

Do ponto de vista macroeconômico, no entanto, as causas atribuídas à inflação constituem, normalmente, um conjunto bastante extenso em face da escala bem maior que se impõe ao exame do estado inflacionário de uma nação, por exemplo. Bresser Pereira (1988), acha que, sob tal ponto de vista, a pergunta - *quais as causas da inflação?* - não faz sentido.

- O que faria, então, sentido, em tal contexto?

- De acordo com o autor, faria sentido perguntar-se sobre as causas da aceleração da inflação ou da inércia inflacionária que mantêm determinado patamar de inflação. Essa sutileza em torno das grandes causas da inflação é dependente de três tipos de fatores:

- Fatores aceleradores ou desaceleradores da inflação (choques de oferta e de demanda)

- Fatores mantenedores da inflação, que são aqueles componentes autônomos ou inerciais que, através da luta de classes refletem, no presente, a inflação passada

- Fatores chamados sancionadores da inflação. O principal fator desse grupo é o aumento da oferta de moeda que, numa situação inflacionária, ocorre com frequência, para manter a liquidez e conter a elevação excessiva dos juros.

Quanto aos dois primeiros grupos de fatores, podem ser citados na classe dos aceleradores de inflação, os seguintes:

a) aumentos salariais reais (acima da inflação) além da produtividade

b) aumento das margens de lucros

c) desvalorizações reais da moeda

d) aumento de custos dos bens importados

e) aumento de impostos

f) aumento das taxas de juros.



Dentre os fatores mantenedores da inflação, destacam-se o repasse dos aumentos de salários para os preços e destes para os salários e a indexação da economia.

A abordagem de Bresser Pereira parece fazer sentido, na medida em que é necessário fazer um reconhecimento ou estabelecer um diagnóstico do estado inflacionário para que se possa pensar no controle da inflação.

As causas macroeconômicas da inflação ou os seus fatores acelerados e mantenedores têm sido abordados sob diferentes teorias ou modelos explicativos, ao longo dos tempos. Hagger, A.J, da Universidade da Tasmânia (Austrália), citado por Mattos (1987) identificou, para países desenvolvidos, cinco teorias:

. Teoria ou Modelo Keynesiano, que explica a Inflação Keynesiana que ocorre na fase mais próspera, com pleno emprego e plena capacidade, a demanda agregada continua maior que a oferta pressionando os preços para cima. Por outro lado, os empregados reagem e procuram redistribuir a renda a seu favor, forçando a alta dos salários e, como há pleno emprego, esse intento é conseguido.

. Teoria das margens de lucro, que explica que os preços crescem devido aos aumentos de custos e/ou das margens de lucros, o que muitas vezes é facilitado pela existência dos cartéis.

. Teoria das expectativas, que seria uma extensão da teoria anterior, já que, neste caso, a inflação cresce devido à previsão ou à vontade de empresários e executivos.

. Teoria da liderança salarial, na qual a causa básica da inflação seria o aumento dos salários.

. Teoria ou modelo monetarista que, baseada na equação de Fisher e da Teoria Neoclássica, vê na emissão excessiva de moeda, para cobrir déficits, a causa da inflação.

Hagger identificou, para países subdesenvolvidos, dois modelos: o monetarista, descrito anteriormente, e o estruturalista, o qual é uma evolução do modelo Keynesiano e é originário da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). O estruturalismo explica a inflação como resultado de fortes resistências ao desenvolvimento econômico ou pontos de estrangulamento entre os quais se destaca o estrangulamento agrário, caracterizado pela existência e predominância de latifúndio, usados para a especulação e não para a produção de alimentos. As outras resistências ao desenvolvimento seriam os déficits permanentes das balanças de pagamentos por falta de diversificação das exportações, escassez de insumos básicos, como petróleo, computadores etc. e, por último, falta de mão-de obra qualificada por carência de escolas de boa qualidade, o que eleva os salários dos diplomados. O estruturalismo é, pois, uma teoria que atribui a inflação a causas estruturais de caráter permanente e crônico.

Mattos (1987), considera, ainda, dois outros modelos ou teorias para explicar as causas da inflação, tanto em países desenvolvidos quanto em países subdesenvolvidos. Esses são: o modelo institucionalista e o modelo marxista. O primeiro atribui a espiral inflacionária a responsabilidade pela distribuição e concentração de renda e, conseqüentemente, a causa básica da inflação. O modelo marxista considera que a inflação é um problema resultante de crises periódicas do capitalismo e seu controle depende da implantação do Socialismo.

Bresser Pereira (1988), no entanto, considera apenas quatro teorias que, alternativa ou concomitantemente, explicam a ação dos fatores aceleradores da inflação. As teorias expostas por Bresser são a monetarista, a teoria da inflação Keynesiana, a teoria da inflação estrutural e a da inflação administrada. Tal classificação de teorias parece bastante adequada à análise da questão inflacionária brasileira, em vista de sua simplicidade e, até mesmo, da familiaridade com que cada modelo é



tratado no dia-a-dia da administração da nossa inflação. Deste modo, torna-se oportuna uma redefinição dos quatro tipos de inflação enfocados pelas teorias em questão:

- Teoria monetarista, que explica a aceleração da inflação através da simples aceleração da emissão de dinheiro (Cardoso, 1987)

- Teoria da inflação Keynesiana, que explica a aceleração da inflação pelo aumento da demanda agregada em relação à oferta em períodos de mais alta prosperidade.

- Teoria da inflação estrutural, já descrita anteriormente, que credita a aceleração da inflação a causas estruturais.

Vale ressaltar que os três tipos de inflação explicados pelas teorias acima, são tipicamente de demanda, contrastando com a inflação administrada decorrente da capacidade das empresas monopolistas ou oligopolistas, de aumentarem suas margens de lucro e, portanto, os preços, independentemente da posição da demanda em relação à oferta.

### 2.3. O combate à inflação

As medidas de combate à inflação têm sua origem em quatro diferentes escolas de pensamento econômico: monetarismo, Keynesianismo, institucionalismo e marxismo.

O monetarismo é um mecanismo dos mais tradicionais; baseia-se no controle da quantidade de dinheiro em circulação. A implementação do monetarismo se dá com o emprego, por parte do governo, de uma política de controle de moeda e, por isso mesmo, chamada Política Monetária, baseada nos seguintes aspectos:

- Abolição de todos os controles governamentais sobre salários, câmbio, preços e juros.

- Controle do aumento da circulação da moeda (menos que 5% ao ano)

O Keynesianismo, baseado em algumas idéias de Keynes, mas não exa

tamente sobre inflação, da época da Grande Depressão americana tem, como princípios, a redução dos gastos do governo, o aumento dos impostos e a intervenção do Estado na economia. Na prática, o Keynesianismo é aplicado através de uma política que é predominantemente fiscal (Política Fiscal) e, dentre as medidas mais comuns destacam-se:

- Aumento de impostos
- Redução de gastos pela paralização de obras e pela dispensa de funcionários públicos.

Tanto o monetarismo como o Keynesianismo, ou seja, tanto a política monetária como a fiscal, são causadoras de recessão econômica de terríveis consequências sociais. Tais políticas não se têm mostrado satisfatórias para o controle da inflação em países subdesenvolvidos e, além do mais, padecem do mal do anacronismo, já que se baseiam na existência do Mercado Competitivo regulador da economia. A existência do mercado competitivo regulador da economia tem sido, nos últimos anos, posta em dúvida, em face do que autores como Galbraith chamam de Moderno Planejamento Industrial, que inclui mecanismos de cerceamento da vontade dos consumidores. Um exemplo disso é o caso de a General Motors gastar um bilhão de dólares e vários anos projetando um novo automóvel, passa a produzi-lo e, portanto, não pode deixar sua venda se dar ao acaso. Na realidade, a GM planeja, nos mínimos detalhes, todos os lances que lhe garantam a preferência do consumidor.

A economia mudou: os mercados, agora, são cartelizados!

O institucionalismo é uma conduta que se tem tornado bastante popular, modernamente, no mundo, para o controle da inflação. Através de uma Política de Rendas e Preços, o institucionalismo é implementado através de Pactos Sociais, que envolvem os principais grupos econômicos na discussão de como tais grupos podem restringir suas exigências de aumentos. Num pacto social, o nível de exigência tolerável por cada grupo



econômico deve ser compatível com a estabilização de preços e com uma equidade social geral. Os elementos fundamentais ao estabelecimento do pacto social, são a negociação e a conciliação em torno das mais diferentes questões, dirigidas por órgãos governamentais. O governo, por sinal, torna-se uma parte das mais importantes no pacto, já que, após o esforço para conseguir o consenso, ele pode e deve exercer o poder para impor o resultado.

Países como a Alemanha, Holanda, Bélgica, Suécia, Japão e até mesmo os Estados Unidos, experimentaram, com sucesso, no passado recente, políticas de Rendas e Preços. Atualmente, Áustria, Suíça, Alemanha Ocidental, Israel e Espanha, mantêm pactos sociais assinados e os resultados preliminares têm sido animadores. Destacam-se, no exame da situação desses países, a organização política e a prática da democracia, além da credibilidade dos seus governos.

"A existência de credibilidade, honestidade e representatividade no governo, responsável pela coordenação do processo de controle inflacionário, é condição indispensável para o sucesso da operação" (Mattos, 1987). No caso de faltarem as condições mínimas à implantação do pacto social, um choque pode ser considerado, principalmente quando corrigido por acordos posteriores.

As partes normalmente envolvidas no pacto social são os sindicatos patronais e de trabalhadores, consumidores e governo, o qual zelará pelo seu cumprimento e utilizará, ainda, as políticas monetária e fiscal como métodos acessórios, já que elas têm o mérito de realocar rendas.

As desvantagens normalmente mencionadas, tanto por ortodoxos quanto por marxistas, para as políticas de rendas, são a ineficiência econômica, a burocracia, a corrupção e as pressões no governo, o mercado negro e a pouca atenção aos níveis de desemprego.

A implantação do socialismo pode ser considerada uma quarta alter

nativa de política de controle de inflação, no que pese o radicalismo da solução.

Alguns autores, entre os quais Galves (1981), classificam as medidas de controle de inflação como transitórias e causais.

As *medidas transitórias* visam combater os efeitos inflacionários, enquanto se processam as soluções que visam remover as causas de inflação. As medidas variam, conforme se trate de inflação de demanda ou de inflação de custos.

Se a inflação for de demanda, pode-se usar:

a) Tabelamento dos bens essenciais, para impedir que a alta continue

b) Importação de produtos para atender de imediato ao excesso de demanda

c) Racionamento dos produtos para impedir o leilão dos mesmos, pelos que queiram pagar mais

d) Restrição do crédito para diminuir o poder de compra

e) Punção monetária para diminuir a quantidade de moeda em circulação

f) Diminuição de certos impostos, que elevam os preços

g) Aumento de certos impostos, que diminuem as rendas etc.

Se a inflação for de custos, pode-se recorrer:

a) Ao tabelamento dos custos de certos fatores (salários, juros, aluguéis, lucros)

b) Ao combate aos monopólios e oligopólios que usam de seu poder para impor altas indevidas

c) À diminuição de certos impostos (como o dos produtos industrializados, o de circulação de mercadorias etc.), que se somam aos preços

d) À importação de insumos estrangeiros mais baratos.



As medidas causais visam eliminar as causas estruturais que deram início à inflação, seja de demanda, ou de custos.

Se as causas estão do lado da demanda, age-se sobre o que propiciou o aumento desta, por:

- a) Diminuição de certas rendas, através de impostos, ou de empréstimos compulsórios
- b) Diminuição ou selecionamento do crédito às empresas
- c) Restabelecimento do equilíbrio orçamentário do Estado
- d) Estímulo à poupança.

Se a inflação vem do lado da oferta, deve-se favorecer:

- a) Aumento dos créditos e dos financiamentos à produção
- b) Emprego de novos métodos, ou nova tecnologia na produção
- c) Aperfeiçoamento das empresas
- d) Educação e instrução, inclusive profissional, do trabalhador
- e) Isenção ou redução de impostos
- f) Melhoria do sistema de circulação etc.

Se a inflação é de custos, as medidas visam eliminar:

- a) O exercício do monopólio ou do oligopólio abusivo
- b) Elevação das diversas rendas (salários, juros, lucros, aluguéis).

Neste ponto da discussão julgamos, no entanto, que o controle da inflação, especialmente em países de inflação rebelde como o Brasil, por exemplo, deva se dar muito mais por uma mudança de atitude ou, talvez, de caráter, por parte da sociedade, no geral, e do governo, no mais específico, para que qualquer medida anti-inflacionária nunca seja deflagrada isoladamente, mas faça parte de um plano lógico, sério e, acima de tudo, honesto. O controle da inflação se nos afigura num exercício minucioso, profundo, cauteloso e de avaliação permanente, tanto no plano m

croeconômico quanto no macroeconômico. Neste ponto da discussão, pois, parece-nos oportuno discutir os conceitos ligados à adoção de políticas econômicas, já que a sua utilização, tanto a curto quanto a longo prazos pode conduzir à correção de desequilíbrios estruturais e conjunturais. A maior parte da discussão sobre políticas econômicas foi baseada em Bresser Pereira (1988), haja vista sua clareza, visão de conjunto da economia e maior profundidade. Alguns aspectos já discutidos anteriormente, são, a seguir, frequentemente, rediscutidos e às vezes redefinidos, sob o ponto de vista da utilização dessas políticas econômicas.

#### 2.4. Políticas econômicas

O processo pelo qual o Estado intervém no mercado, em economias capitalistas, para corrigi-lo e orientá-lo para determinados objetivos, chama-se política econômica. Numa concepção ortodoxa, no entanto, não há lugar para política econômica, já que, de acordo com economistas ortodoxos, o mercado é autoregulável. Em concepções mais modernas, no entanto, a política econômica surge como uma necessidade, principalmente depois do sucesso do planejamento econômico soviético e das políticas econômico-conjunturais de Keynes.

A política econômica estrutural ou de médio prazo, preocupa-se com o desenvolvimento econômico, a taxa de acumulação, desequilíbrios regionais e a distribuição de renda, enquanto a política econômica conjuntural ou de curto prazo, preocupa-se com os fatos mais imediatos de equilíbrio macroeconômico, entre os quais o equilíbrio entre a oferta e a demanda agregadas e o equilíbrio financeiro, que trata de equilíbrio externo, taxa de juros e inflação.

O Estado, de economia capitalista não ortodoxa, deve praticar política econômica tanto a médio quanto a curto prazos, tanto para corrigir desníveis de desenvolvimento regional quanto para lidar com o contro



le das taxas de juros e, comumente, com a inflação. No primeiro caso, o instrumento poderá ser o planejamento econômico e/ou uma política de rendas, enquanto que, no segundo, uma política econômica administrativa ou uma política econômica ortodoxa.

O planejamento econômico, extremamente útil na correção de desníveis regionais e no desenvolvimento de setores considerados prioritários tem uma outra face caracterizada pela transferência de recursos ou renda de trabalhadores para capitalistas, de setores "menos" prioritários, para aqueles "mais" prioritários, a qual permite a concentração dessas rendas pelos capitalistas e tende a produzir o desequilíbrio orçamentário, com conseqüente inflação, especialmente quando o planejamento estabelece uma política de subsídios fiscais e/ou creditícios.

Política de rendas é um outro instrumento de política econômica estrutural, através do qual se procuraria influenciar deliberadamente a distribuição de renda dentro de um país em uma outra direção. Neste tipo de política, o objetivo não é necessariamente a acumulação e o desenvolvimento nem o equilíbrio financeiro, mas a própria distribuição de renda. A política de rendas cumpre, em economias capitalistas, o papel de agente distribuidor de rendas entre capitalistas e trabalhadores, já que o mercado é, normalmente, por si só, concentrador e não dispõe de mecanismos automáticos que impeçam essa concentração. A concentração da renda tende a se agravar quanto maior liberdade e poder forem dados a empresas em detrimento de trabalhadores não organizados sindical e politicamente. A tendência concentradora de rendas só não aconteceu nos países capitalistas centrais, graças à pressão dos sindicatos e dos partidos populares por aumentos reais de salários, na medida do crescimento da produtividade.

Uma política planejada e deliberada, por parte do Estado, no sentido da distribuição da renda, é impossível de imaginar, a não ser que as

pressões reivindicatórias das classes populares e trabalhadoras assumam um caráter global.

Do ponto de vista bastante prático, uma política de distribuição de rendas operaria com quatro instrumentos básicos, a saber: Política tributária, política das despesas do Estado, política salarial e controle de preços. A política tributária tende a ser, numa política de rendas, progressiva, de modo a reduzir a proporção dos impostos pagos pelos mais pobres, enquanto a política de despesas do Estado deveria ser orientada no sentido do aumento da despesa de consumo social básico e da diminuição das despesas de administração e segurança, despesas de acumulação estatal, despesas de subsídios à acumulação privada e das despesas de consumo social de luxo para capitalistas e tecnoburocratas. As políticas salarial e de controle de preços deveriam ser orientadas não para, artificialmente, elevar salários e baixar preços, mas para a busca do valor definido estruturalmente em função da quantidade de trabalho incorporada em cada mercadoria.

Conforme mencionado anteriormente, os economistas ortodoxos não vêem necessidade da implementação de uma política econômica para controle de desequilíbrios imediatos da economia, já que consideram que o mercado tem capacidade de autoregular-se. Keynes, no entanto, demonstrou que uma política econômica de gastos públicos e de impostos, além de uma política de controle monetário, podiam constituir uma intervenção governamental efetiva na economia. Keynes propôs, entre outras coisas, como medidas para economias em crise, a redução dos impostos e a diminuição das despesas do Estado e da quantidade de moeda quando da ocorrência de inflação de demanda. As medidas propostas por Keynes têm uma conotação bastante ao feitio dos economistas neoclássicos, que além das demonstrações de Keynes, têm uma outra importante razão para delinear e implemen



tar uma política econômica que é a liberalização da economia. O conjunto de medidas, normalmente recomendado em políticas econômicas ortodoxas, é o seguinte:

- . redução das despesas do Estado e o equilíbrio do orçamento público;
- . redução e controle da quantidade de moeda circulante;
- . liberalização dos preços, de quaisquer tabelamentos;
- . liberalização da taxa de juros;
- . liberação do câmbio;
- . eliminação de subsídios;
- . redução dos salários dos trabalhadores.

Esse conjunto de medidas, de acordo com o receituário do FMI, baseia-se no diagnóstico de que a inflação e o desequilíbrio externo decorrem de distorções do mercado e da demanda excessiva. As consequências de uma política econômica ortodoxa são, no entanto, socialmente desastrosas, principalmente em países subdesenvolvidos, onde ela se manifesta como mercantil, exportadora e favorável aos capitais financeiro e bancário em detrimento do capital industrial. Os economistas ortodoxos jamais lograram êxito na aplicação de suas políticas em países subdesenvolvidos já que, além de ditadura elas requereriam, também, a predominância do capital mercantil, exportador e bancário sobre o capital industrial. Somente em países capitalistas centrais tais políticas poderiam resultar viáveis, pois naqueles países, nos picos dos ciclos econômicos e quando a inflação é claramente de demanda, o capital industrial pode vir a apoiar uma política recessiva para não ter o estrangulamento de seus lucros.

A política econômica administrativa apresenta-se como alternativa à política ortodoxa e visa, principalmente, garantir o equilíbrio macroeconômico da economia ao nível do pleno emprego, estabilizar os preços e

garantir o equilíbrio externo. Tal política é originária dos instrumentos básicos de política econômica Keynesiana (políticas fiscal e monetária) sem, no entanto, se limitar a eles, já que esses agem apenas ao nível da procura agregada. A política econômica administrativa não pode prescindir de um terceiro instrumento, que é o controle direto, administrativo dos preços das mercadorias, da taxa de câmbio, da taxa de juros e dos salários para o controle da inflação. A política econômica administrativa propõe, assim como a política ortodoxa, a eliminação do déficit orçamentário do governo, mas a um ritmo mais lento, sem choques, dando mais ênfase ao aumento de impostos, que à diminuição de despesas do Estado. Além disso, a diminuição dos subsídios apresenta-se como imposição à prática dessa política. Impõe-se, também, uma firme política monetária, sem, no entanto, exagerar-se no corte da quantidade de moeda. A política econômica administrativa tem, como pressuposto, a observação de que o mercado não é capaz de regular automaticamente o sistema econômico. Tal mercado não era capaz de garantir estabilidade à economia, dado ao seu caráter especulativo, pelo qual o dinheiro não é apenas uma medida do valor e meio de troca, mas reserva de valor. O mercado do capitalismo monopolista de Estado é bem menos capaz de se autoregular, devido ao poder dos monopólios, à força dos sindicatos e ao peso da ação do próprio Estado.

Uma questão importante diz respeito à eficiência da política econômica administrativa quanto ao controle da inflação sem, no entanto, causar recessão. Para a definição da estratégia da luta anti-inflacionária a equipe econômica deve estabelecer um diagnóstico acurado da situação. Se se tratar de estagflação, a estratégia é fundamentalmente, estimular a economia ao invés de contê-la. Se a inflação tiver um forte componente de procura, serão necessárias medidas de política fiscal e monetária, com a moderação devida, para conter a demanda agregada. Nos dois casos,



entretanto, a equipe atribui à inflação um forte componente monopolista ou de administração de preços, por parte das grandes empresas. Assim, o controle administrativo dos preços, pelo Estado, é importante para que, pela diminuição das margens de lucros, se possa obter o controle do processo inflacionário.

Para a correção do desequilíbrio externo, a política econômica administrativa pressupõe que as causas do desequilíbrio são estruturais e, portanto, medidas de longo e curto prazos, como a industrialização voltada para a produção de bens de consumo duráveis e a estimulação das exportações/desestimulação de importações, podem contribuir para a correção do desequilíbrio. Em relação à lei do valor, o objetivo principal de uma política administrativa é reduzir e não aumentar as distorções da economia.

### 3. A INFLAÇÃO BRASILEIRA RECENTE

#### 3.1. Perfil da evolução da inflação brasileira no decorrer do século

Entre os anos de 1900 e 1950, os preços, no Brasil, aumentaram cerca de 13 vezes, enquanto que de 1951 a 1983, o aumento ocorrido foi de quase 23.000 vezes. Uma análise semelhante feita para os Estados Unidos da América, resulta nos valores 2,88 e 3,04, respectivamente para os dois períodos considerados (Cardoso, 1987). Claramente, os preços subiram muito mais no Brasil que nos Estados Unidos, mas a diferença entre um país e outro, definitivamente disparou após o final da Segunda Guerra Mundial.

#### 3.2. O pós-guerra

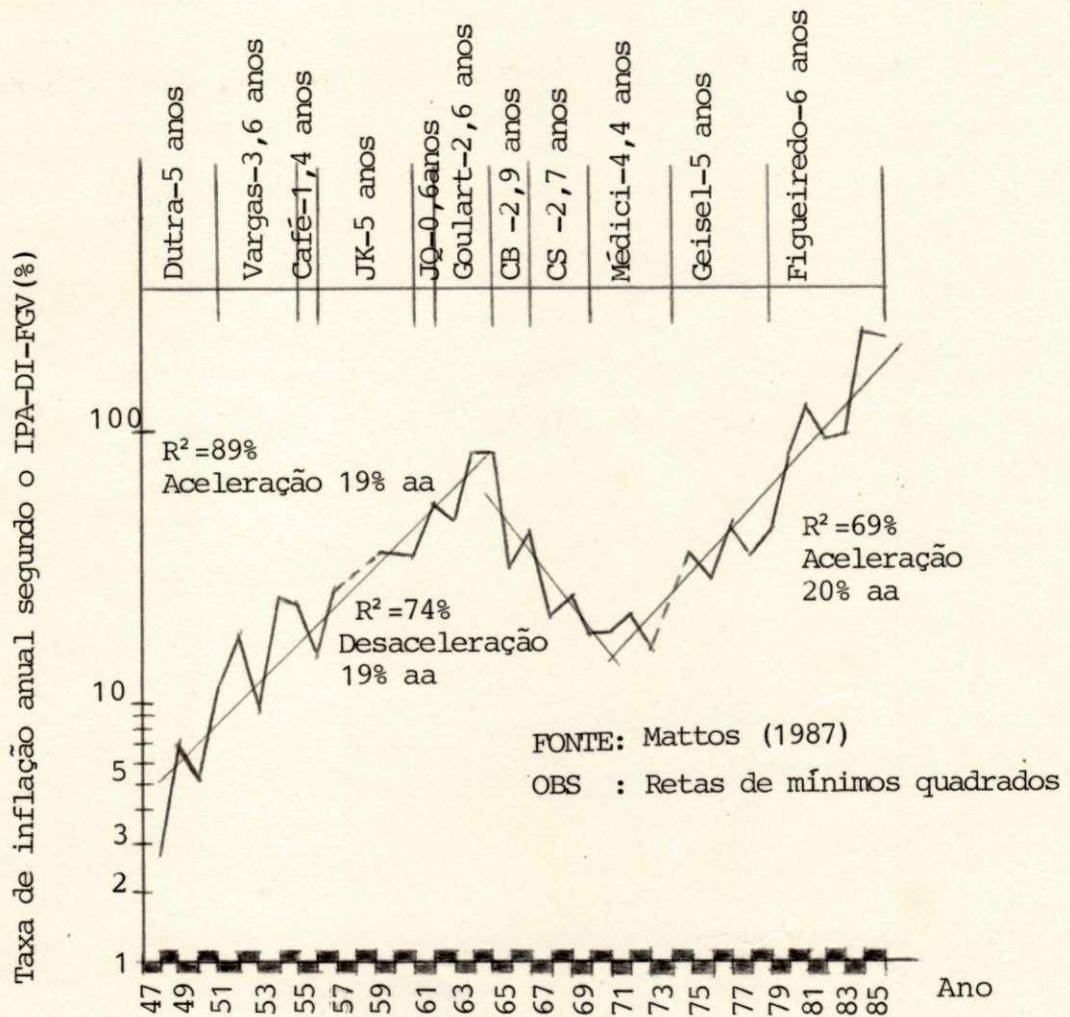
A análise da evolução da inflação no Brasil, após o fim da Segunda Grande Guerra, é importante porque foi esse o período em que pode ser observado seu maior recrudescimento e no qual a discussão sobre causas e efeitos da inflação mais motivou os setores econômicos da sociedade brasileira.

Entre 1950 e 1983, a taxa média de inflação anual, no Brasil, foi de 34,3% e entre 1983 e 1984, chegou a 200%. Antes da eclosão da II Guerra, a taxa média de inflação no Brasil ficava em torno de 3% ao ano (Cardoso, 1987).

Mais recentemente, as taxas de inflação praticamente explodiram; vive-se a hiperinflação e o Brasil foi levado aos primeiros lugares entre os países do mundo com altos índices de inflação.

A Figura 3.2.1 ilustra o desenvolvimento do processo inflacionário brasileiro entre 1947 e 1984, com base no IPA-DI da FGV, chamando a atenção para os diferentes períodos políticos vividos pelo País no mencionado intervalo.

Figura 3.2.1 - Desenvolvimento do Processo Inflacionário Brasileiro no Pós-Guerra.



FONTE:



Pelo exame da Figura anterior, é possível verificar três distintos períodos:

- Período entre 1947 e 1964, no qual a inflação cresceu linearmente de 3% a 85% a.a;
- Período entre 1965 e 1969, no qual a inflação diminuiu linearmente de 85% para 19% a.a;
- Período entre 1970 e 1984, quando a inflação voltou a subir em linha reta, de 19% para 230% ao ano.

Como o presente trabalho pretende estudar a evolução recente (1970 até os nossos dias), do processo inflacionário brasileiro, os dois últimos períodos evidenciados na Figura 3.2.1 serão objeto de uma atenção maior, já que, enquanto o último culmina com os altos índices atuais passando pelo Plano Cruzado de estabilização econômica, o penúltimo trata de uma experiência relativamente rara no cenário da economia brasileira: A redução da inflação.

### 3.3. O período 1965-1969 - situação do processo inflacionário

No início da década de 60, a inflação brasileira começou a acelerar-se vertiginosamente. O país estava assistindo ao final do período juscelinista e era submetido a pressões inflacionárias pelos mais variados controles de preços e taxas de câmbio. (Simonsen, 1974). O governo Jânio Quadros promoveu inflação corretiva com a liberação dos controles de preços, numa primeira fase, mas não atingiu a segunda e prometida fase de estabilização. No governo de João Goulart, com todos os controles relaxados, as taxas de inflação subiram, superando a marca de 80% em 1963, com base no Índice Geral de Preços. Uma extrapolação geométrica estabeleceria a expectativa de inflação para 1964 em cerca de 144%. A alta dos preços correlacionava-se fortemente com a elevada relação entre

os déficits públicos e o produto interno, com a grande expansão monetária e com os altos índices de reajuste nominal de salários, todas essas consideradas causas clássicas de inflação.

No período de 1961 a 1964, além do recrudescimento da inflação, outros fenômenos somam-se à crise global brasileira. Esgotam-se as possibilidades de crescimento da economia baseada na expansão da indústria de bens duráveis que, na década de 50, havia sido o principal motor do crescimento econômico. Somam-se, a isto, o alto nível de desemprego e a agitação político-social. Convencido do esgotamento das possibilidades do modelo econômico em vigor, o governo propõe, como saída, as reformas de base, que se constituem no ponto de culminância da crise e na razão de sua queda (Brum, 1987).

Em 1964 o governo militar afasta a influência das forças populares reformistas nos órgãos de decisão do país, em busca de transformações estruturais para a sociedade brasileira. Os militares estavam preocupados com a modernização do país (Brum, 1987). A política governamental é no sentido da concentração econômica. A estagnação econômica iniciada em 62, prolonga-se, no entanto, até 1967.

No governo do Marechal Castelo Branco, foi posto em prática o Programa de Ação Econômica (PAEG) que, através da técnica do gradualismo, pretendeu desinflacionar a economia no triênio 1964-66. As metas estimadas eram 70% para 1964, 25% para 1965 e 10% para 1966. Isso não ocorreu assim. Em 64, apenas se evitou a hiperinflação, tendo a taxa de inflação se situado em 90%. Em 1965 ocorreu uma queda importante com o índice geral de preços situando-se em 34,5%. Em 1966, o IGP subiu para próximo de 40% e em 67 baixou para 24%. Durante o ano de 1968, a situação permaneceu inalterada e em 1969 chegou a 20%. De acordo com Simon (1974), a inflação entre 1967 e 1969 mostrou-se extremamente resistente, talvez pelo fato de a mesma ter adquirido uma quase neutralidade,



graças ao instituto da correção monetária.

O primeiro grupo de medidas anti-inflacionárias do governo Castelo Branco, tinha como objetivo a redução do déficit público e constou, basicamente, do seguinte:

- . eliminação de subsídios a autarquias e sociedades de economia mista, pela adoção de políticas tarifárias mais realistas;
- . o corte de investimentos de menor prioridade;
- . a contenção dos salários do funcionalismo público, a partir de 1965;
- . reforço das incidências dos impostos de consumo, renda e selo;
- . melhoria dos métodos de arrecadação com o aperfeiçoamento da fiscalização.

O déficit da União caiu de 4,2% do PNB em 1963 para 1,1% em 1966.

Quanto ao capítulo da política salarial do PAEG, havia o reconhecimento de que numa inflação crônica os salários reais oscilam fortemente devido ao efeito da conjugação de altas salariais descontínuas com altas contínuas de preços (Simonsen, 1974). A meta a ser estabelecida deveria ser a estabilização pela média e não pelos picos, contrastando com o critério vigente até 1964. Tal política, no entanto, só foi aplicada a partir de 1965, tendo-se tornado ainda mais austera em 1966.

O Marechal Costa e Silva decidiu-se a imprimir nova tônica à sua política anti-inflacionária, logo após assumir o poder. Seu objetivo era reativar rapidamente os índices do produto real, deprimidos pelas crises de estabilização, além de tornar mais explícito o combate à inflação, pela suavização das altas corretivas de preços.

Na prática, o governo optou pela moderação de suas metas gradualistas evitando, no entanto, quantificá-las. O combate aos déficits da União foi observado, embora este tenha crescido bastante em 1967. Em 1968,



no entanto, o déficit recomeçou a cair. A política salarial no período Costa e Silva foi mantida de acordo com as especificações do PAEG e os controles de preços foram postos em prática com muita ênfase. As taxas de juros foram atacadas com grande empenho no sentido da redução, tendo-se, inclusive, chegado ao tabelamento.

Uma outra característica da política anti-inflacionária adotada a partir de 1967, foi a ênfase no aumento da produtividade agrícola, já que baixos rendimentos na agricultura tinham demonstrado (1966), afetar gravemente o combate inflacionário.

#### 3.4. A inflação brasileira recente - período iniciado em 1970 até os nossos dias

O Quadro 3.4.1 apresenta os valores dos percentuais de inflação, entre 1971 e 1985, com base no IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

## QUADRO 3.4.1

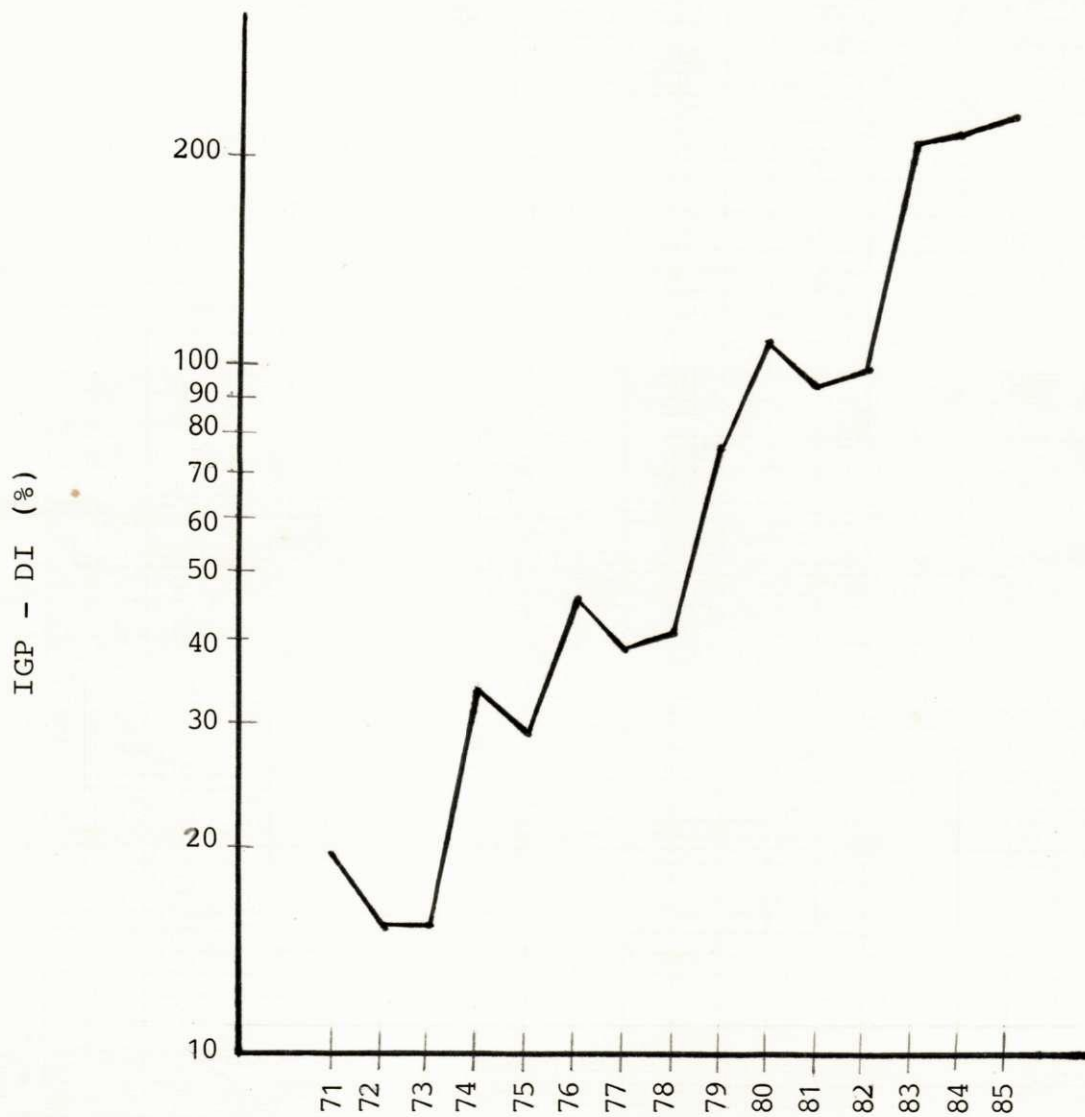
## Inflação brasileira no período 1971-1985

ANO	IGP - DI
1971	19,7
1972	15,7
1973	15,5
1974	34,5
1975	29,4
1976	46,3
1977	38,8
1978	40,8
1979	77,2
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211,7
1984	223,8
1985	235,1

FONTE:

A Figura 3.4.1 ilustra graficamente a evolução do IGP no período 1971-1985, deixando ver, claramente, que principalmente a partir de 1980 quando foi superada a barreira dos 100%, os índices de inflação foram às alturas. É conveniente notar-se que os anos de 1987 e 1988, quando índices muito maiores foram atingidos, não foram incluídos no gráfico por falta de disponibilidade no material consultado. A Figura também ilustra, de maneira contundente, que a partir de 1973 a inflação quase que

Figura 3.4.1 - INFLAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO  
1971 - 1985



Fonte: Bresser Pereira (1988)



somente subiu contrastando francamente com o período de 1968 até 1973 do gradualismo do controle da inflação.

1973 é o ano que marca os primeiros sinais de cansaço do modelo econômico capitalista dependente. É, também, o ano da crise do petróleo e da crise de elevação de preços de matérias-primas que o país importa. 1973 é o início da crise brasileira que se estende até hoje. Crise estrutural conseqüente do modelo econômico. Crise estrutural conseqüente do capitalismo e não uma crise passageira (Brum, 1987).

A situação econômica, no entanto, é caracterizada, no início do governo do General Geisel, pelos seguintes aspectos:

- O setor industrial opera sem capacidade ociosa;
- A economia mundial, principalmente dos países capitalistas centrais dos quais o Brasil é dependente, entra em descenso e eles reorientam e reprogramam sua produção econômica;
- As matérias-primas como carvão, petróleo e fertilizantes, das quais o Brasil é grande importador, sofrem altas vertiginosas;
- Os preços dos produtos industriais que o país também importa em grande quantidade, sofrem altas muito grandes. Os ônus dos altos preços do petróleo são transferidos a países subdesenvolvidos importadores, como o Brasil. Ocorre, nesse período, uma espécie de transferência de inflação dos países centrais para os periféricos.

O Brasil, embalado ainda pelas ondas do chamado milagre econômico do período 1968-1973, subestima a crise mundial e se mostra pouco sensível às contradições de seu modelo econômico concentrador de renda. O governo Geisel decide implantar a terceira fase do processo de substituição de importações, através de um novo padrão de industrialização, caracterizado pela indústria de bens de capital e de insumos básicos. Nesse cenário, no entanto, as multinacionais já dominam boa parte do parque

industrial brasileiro, especialmente aquele da indústria de bens duráveis. A indústria pesada nacional apresenta grande expansão até 1967 e declina em 77 e 78. Em 79 até 81, trabalha com elevada capacidade ociosa.

Em 1976 os males que afetam a economia, especialmente a inflação, o desequilíbrio do balanço de pagamentos e o endividamento externo não cedem com as medidas financeiras, adotadas pelo então Ministro da Fazenda Henrique Simonsen, que iniciam a recessão brasileira.

No governo Geisel (1974-1978), a inflação, cuja taxa média foi de 40% ao ano, é considerada preocupante e perigosa pelos planejadores oficiais (Brum, 1987). No entanto, ao longo de todo o período o governo é obrigado a conviver com a inflação e, além do mais, ao final do mandato passá-la ao governo sucessor do General Figueiredo que, bombasticamente, declara ser o controle da inflação uma das notas prioritárias de seu governo.

O governo Figueiredo estabelece, como metas, os índices de 30% para 1979 e 20% para 1980. Em abril de 1979 é lançado o chamado pacote anti-inflacionário mas as medidas não correspondem ao esperado e a inflação de 1979 sobe a 77,2% e a de 1980 vai além de 110%.

A partir de 1981, reentra na cena econômica brasileira recente, o FMI, na esteira dos percalços da dívida externa e a consequência mais imediata disso é o desaquecimento ainda maior da economia como consequência da ortodoxia que orienta o receituário do Fundo Monetário Internacional. Em 1981, o país atravessa seu pior período recessivo, que se prolonga até 1983 e, a despeito disso, a inflação supera a marca dos 200% ao ano no final desse período.

Em 1984, o governo inicia uma política de acomodação monetária e as taxas de inflação e expansão monetária começam a caminhar juntas. A inflação mantém-se nos níveis do ano anterior e o nível de atividade co



meça a recuperar-se (Cardoso, 1987).

Em 1985, a expansão da demanda interna substituiu as exportações industriais como principal fonte de crescimento da produção. A recuperação contou com a determinação do governo de sancionar o crescimento, voltado para o mercado interno. Vários outros indicadores apontaram para uma possível força inflacionária, no período, entre as quais o aumento do salário real e do nível de emprego, o crescimento do PIB e da demanda de bens de consumo e o esgotamento da capacidade industrial ociosa. Em 1985, as autoridades econômicas definitivamente se convenceram do caráter inercial da economia brasileira, principalmente pela indexação generalizada. Tal fato e as altas de preços em agosto, novembro e dezembro, indicaram a existência de pressões inflacionárias recorrentes que poderiam levar com que a inflação em janeiro de 1986 pudesse chegar a 400%. Isso de fato ocorreu e numa tentativa de debelar uma tragédia maior, o governo edita o Plano Cruzado, convencido de que somente uma política de rendas e não a contração monetária, poderia ser bem sucedida no controle do processo inflacionário.

O plano de estabilização econômica não foi, no entanto, bem sucedido, e antes mesmo que o ano terminasse, todos puderam perceber que o processo inflacionário retomava os velhos trilhos e imprimia um ritmo mais acelerado. Foi essa a marca registrada dos anos de 1987 e 1988.

### 3.5. Experiência brasileira na utilização de políticas econômicas

Ao final da seção 2.3, julgamos que o controle da inflação em países como o Brasil, não deveria se dar com a utilização de medidas isoladas mas com um plano lógico, minucioso, de avaliação permanente dos resultados. Concluímos aquela seção, indicando a propriedade da utilização de políticas econômicas, tanto a curto quanto a longo prazos e, agora, parece-nos oportuno refletir sobre a experiência brasileira na utili



zação dessas políticas.

### 3.5.1. Planejamento econômico

No Brasil, o planejamento econômico vem sendo praticado desde os anos quarenta, mas o primeiro plano econômico que realmente foi implementado com êxito foi o Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck. O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, no governo João Goulart, não foi implantado. O PAEG, elaborado por Roberto Campos em 1964, serviu de instrumento para uma política econômica relativamente ortodoxa mas, de acordo com Bresser Pereira (1988), com algumas reformas econômicas importantes, que não puderam ser implantadas em governos anteriores. O primeiro PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), 1970-74, coincidiu com a expansão cíclica da economia brasileira, deu ênfase à indústria de bens de consumo durável e foi considerado um sucesso, apesar das grandes distorções distributivas que provocou. O segundo PND mudou a ênfase do desenvolvimento para a indústria de bens de capital, mas era ambicioso demais e foi abandonado. O país estava, naquele período, 1975-1979, entrando numa fase de desaceleração cíclica. O terceiro PND foi uma mera declaração de intenções, refletindo, além da crise econômica, a própria crise do governo, incapaz de formular um plano coerente.

Na prática, o planejamento econômico revelou-se um instrumento extremamente útil no Brasil, devendo-se a ele o advento da grande siderúrgica de aços planos, do petróleo, da energia elétrica, da mineração do ferro. Nessas e em muitas outras áreas em que o Estado teve de intervir a participação das empresas privadas foi sempre marginal.

### 3.5.2. Política de rendas

Sobre política de rendas, o Brasil não tem, ao longo de sua história, nenhum exemplo. Somente em alguns momentos, políticas populistas reduziram um pouco a pressão sobre os trabalhadores, como durante o Estado Novo e, principalmente, no segundo governo de Vargas (1950-1954). No período João Goulart, o governo foi incapaz de deter o processo de concentração de renda do modelo de subdesenvolvimento industrializado. No governo Geisel, 1974, a derrota eleitoral do governo conduziu a uma mudança, para melhor, na política salarial. De lá para cá, tem havido uma melhora significativa na perspectiva de distribuição da renda, principalmente pela melhor organização sindical e política dos trabalhadores. Muito, no entanto, poderia ser feito no Brasil, em relação à adoção de uma política tributária progressiva, já que aqui os pobres pagam proporcionalmente mais que os ricos. No que diz respeito às despesas do Estado, a experiência brasileira tem sido no sentido da concentração de renda.

O comportamento do Estado brasileiro em relação à política salarial tem sido tímido e a política de controle de preços tem oscilado entre ser um instrumento oficializador dos aumentos de preços e de margens de lucros e o desastre puro e simples. Nunca houve, neste país, uma preocupação para a definição do valor estrutural das mercadorias com base na quantidade de trabalho incorporada a elas, a fixação dos salários tem-se dado mais pelo referencial do nível de subsistência, enquanto a fixação do preço tem-se dado pelo respeito à margem de lucro do capitalista.

### 3.5.3. Política econômica ortodoxa

A utilização de políticas econômicas ortodoxas, no Brasil, tem-se verificado em algumas ocasiões. Os períodos mais marcantes da sua aplicação foram 1961, no governo Jânio Quadros, quando toda a economia foi



desequilibrada por conta de uma violenta desvalorização cambial, 1964 a 1966, quando ocorreram recessão e arrocho salarial, 1974 e 1979, quando foi tentado o desaquecimento da economia, e 1980, quando uma política de liberação de preços, de elevação da taxa de juros e controle monetário, provocou, em 1981, a maior recessão da história brasileira. Num país subdesenvolvido como o nosso, a política econômica ortodoxa é, além de capitalista, mercantil-exportadora e favorável aos capitais financeiro e bancário, em detrimento do capital industrial. O emprego da política ortodoxa no Brasil ocorreu de modo intermitente, fazendo com que nossa economia se caracterizasse por ter períodos sucessivos de recessão e aquecimento (stop and go) especialmente a partir de 1974. A agravante de tudo foi ainda sua ineficácia no controle da inflação, com excessão de 1981, quando a inflação caiu mas às custas de grave desemprego e redução da atividade industrial. A taxa de inflação, no entanto, caiu porque os setores competitivos da economia baixaram suas margens mais que os setores oligopolistas aumentaram as suas.

#### 3.5.4. Política administrativa

Políticas econômicas administrativas não têm sido conduzidas na atualidade da economia brasileira. Economistas, ortodoxos, no entanto, têm traído suas próprias convicções conservadoras e utilizado a prática dos "remendos econômicos" através de intervenções administrativas.

Bresser Pereira (1988), atribui à política econômica administrativa o caráter de ser a única alternativa real para uma economia como a brasileira.



#### 4. CONCLUSÃO

A inflação é um desequilíbrio intrínseco da economia brasileira do pós-guerra e particularmente de períodos mais recentes, tendo atingido valores característicos de hiperinflação.

Sendo uma forma de disputa pela divisão da renda pelos vários grupos sociais, a inflação é o resultado de uma luta distributiva na qual os grupos mais poderosos aumentam mais e mais seus preços. No Brasil, a inflação administrada é, provavelmente, a causa mais atuante da aceleração da inflação em face do poder dos monopólios e oligopólios e da inflação e mesmo a subserviência do Estado brasileiro ao capital. A inflação administrada também está na base do componente inercial da inflação brasileira, que depende também da indexação da economia.

A ação do governo no combate à inflação brasileira tem sido pautada pela ineficiência o que, no decorrer dos anos, tem contribuído para a sua perda de credibilidade. Caracteristicamente, o governo brasileiro tem utilizado medidas ortodoxas para o controle da inflação, a despeito dessas medidas serem reconhecidamente ineficazes no contexto de uma economia subdesenvolvida industrial. Some-se a isto a intermitência dessa ação, devida à impossibilidade de levar avante esse tipo de medidas pelos seus efeitos desastrosos.

Julgamos importante que a correção do desequilíbrio da inflação seja um item de um plano maior, de ajuste da economia, baseado na adoção de uma política econômica coerente. A política econômica mais adequada para a economia brasileira é, de acordo com as discussões de Bresser Pereira, a política administrativa.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRESSER PEREIRA, L. (1988) - Economia brasileira - uma introdução crítica. 7ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo.
- BRUM, A.J. (1987) - O desenvolvimento econômico brasileiro. 8ª Ed. Editora Vozes, Petrópolis.
- CARDOSO, E.A. (1987) - Economia brasileira atual ao alcance de todos. 6ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo.
- GALVES, C. (1981) - Manual de economia política atual. 7ª Ed. Editora Forense - Universitária, Rio de Janeiro.
- MATTOS, A.C.M (1987) - A inflação brasileira. 1ª Ed. Editora Vozes, Petrópolis.
- RIBEIRO, C.R.M. (1987) - O que é inflação. Coleção primeiros passos nº 198. Editora Brasiliense, São Paulo.
- SIMONSEN, M.H. (1974) - Brasil 2002. 4ª ed. APEC Editora S.A., Rio de Janeiro.
- WONNACOTT, P.; WONNACOTT, R.; CRUSIUS, Y.R & CRUSIUS, C.A. (1982) - Economia. Editora McGraw-Hill do Brasil Ltda, São Paulo.